

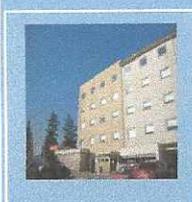
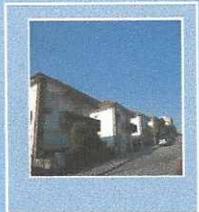
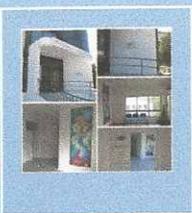
*Handwritten signature*



# RELATÓRIO E CONTAS

## ANO 2017

---





*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

## **ÍNDICE**

|  | <b>Pág.</b> |
|--|-------------|
| Convocatória .....   | 2           |
| Órgãos Sociais .....   | 3           |
| Introdução .....   | 4           |
| Relatório de Gestão .....  | 5 a 15      |
| Considerações Finais e Proposta de Aplicação de Resultados ..... | 16 a 17     |
| Demonstrações Financeiras e anexo .....                          | 18 a 44     |
| Certificação Legal das Contas .....                              | 45 a 47     |
| Parecer do Conselho Fiscal .....                                 | 48          |



Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes

## CONVOCATÓRIA

Nos termos do n.º 2 alínea b) do Art.º 22 dos Compromissos, convoco os Irmãos desta Misericórdia para reunirem em **Assembleia-geral** no dia **28 de Março**, pelas **17 horas**, no Auditório desta Santa Casa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;
2. Apreciar o relatório, as contas e os pareceres do Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas e Votar as Contas do Exercício de 2017;
3. Outros assuntos de interesse para a Misericórdia.

Nos termos do n.º 1 do Art.º 24, se no dia e hora designados para a reunião, não estiver presente mais de metade dos Irmãos com direito a voto, a Assembleia funcionará em segunda convocatória, trinta minutos depois, com qualquer número de presenças.

Paredes, 05 de março de 2018

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

a ) Dr. Alberto Luís Mourão Soares Carneiro

14/03/18



## ORGÃOS SOCIAIS Quadriénio 2016-2019

### **ASSEMBLEIA GERAL:**

**Presidente:** Alberto Luís Mourão Soares Carneiro  
**Vice - Presidente:** Augusto Manuel Teixeira de Barros Ruão  
**Secretária:** Lucília Maria Dias Carvalhinho Sousa Pinto  
**Secretária:** Maria Manuela Rocha Silva Freire de Sousa  
**Suplente:** Manuel Luís da Rocha e Sousa  
**Suplente:** José Maria de Sousa Ferreira Alves

### **MESA ADMINISTRATIVA:**

**Provedor:** Ildio José da Silva Meireles  
**Vice - Provedor:** Joaquim Camilo de Meireles Ruão  
**Vogal:** Teresa Maria de Paiva Leal  
**Tesoureira:** Maria Madalena Vieira Nogueira Carvalho Silva  
**Secretário:** Ildebrando da Mota Coelho  
**Suplente:** José Armando Coutinho Baptista Pereira  
**Suplente:** Francisco José Andrade Alves de Sá  
**Suplente:** António Francisco Coelho Pinheiro

### **DEFINITÓRIO OU CONSELHO FISCAL:**

**Presidente:** António Lourenço Martins  
**Vice - Presidente:** Rogério Manuel Ribeiro dos Santos Grácio  
**Secretário:** António Francisco de Oliveira Ferreira  
**Suplente:** Manuel da Silva Barbosa  
**Suplente:** Constantino Ferreira Brito



## **INTRODUÇÃO**

Para os devidos efeitos legais e estatutários da Misericórdia de Paredes definidos na **alínea b) do n.º 2 do art. 22 dos Compromissos**, se submete o Relatório e Contas do exercício de 2017, bem como a correspondente Certificação Legal de Contas e o Parecer do Conselho Fiscal, para apreciação e aprovação da Assembleia Geral.

Ao apresentar aos irmãos desta Santa Casa da Misericórdia de Paredes o seu relatório e contas relativas ao ano de 2017, a Mesa Administrativa não pode deixar de acentuar o esforço realizado pela instituição para dar resposta aos anseios e necessidades dos irmãos e da comunidade em que se insere, de agradecer o incentivo que lhe foi dado no último ato eleitoral e, na sequência aliás do que foi aprovado no Plano de Atividades para o corrente ano, desafiar os irmãos para o desenvolvimento de todos os projetos aí sumariamente expressos, já que a força e capacidade executiva da Mesa Administrativa não resulta senão do entusiasmo, empenho e apoio de todos os irmãos.



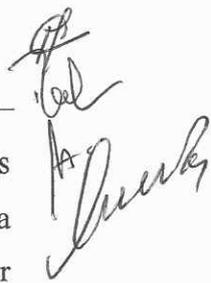
## **RELATÓRIO DE GESTÃO**

O ano de 2017 foi um ano de intenso trabalho, já que, para além do acompanhamento do quotidiano, sempre exigente, foi necessário dispensar atenção redobrada às variadas intervenções de recuperação e valorização do património imobiliário, com intervenção ao nível do Lar na remodelação da portaria, gabinetes de atendimento, salas de atividades e de lazer, farmácia, cozinha, área de apoio ao domicílio, bar, sanitários e vestiários, além de outras complementares que incluíram a segurança com a colocação de portas e cortinas corta-fogo, assim como melhorar a acessibilidade para deficientes e pessoas com mobilidade reduzida, com a posterior renovação do seu equipamento.

Foi apresentada uma candidatura ao Fundo Rainha Dona Leonor, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, para participar a realização desta intervenção no Lar, mantendo-se alguma expectativa já que o processo ainda não foi encerrado.

Procedeu-se igualmente à separação física entre os edifícios do Jardim Infantil e da Hemodiálise, tendo em vista as obras a levar a efeito nos dois edifícios, necessárias para a emissão das respetivas licenças de utilização, foram realizadas obras de beneficiação e reinstalação do chamado berçário, melhorou-se o sistema de aquecimento (obras ainda não concluídas), beneficiou-se o edifício tradicionalmente conhecido por Casa do Pessoal, onde provisoriamente foi instalado o CATL (até à conclusão das obras do Jardim Infantil) e onde futuramente será instalado o RSI, assim como foram introduzidos melhoramentos no antigo edifício da morgue, onde foi colocado o novo programa de distribuição de alimentos a pessoas carenciadas (PO APMC – Programa Operacional de Apoio a Pessoas Mais Carenciadas), a que a instituição se candidatou no desenvolvimento do seu papel social.

Este extenso programa de acompanhamento de obras só foi possível com a atenção e disponibilidade permanente de Mesários, a quem não posso, enquanto Provedor, deixar de agradecer o empenho e dedicação, assim como de todos os funcionários das várias valências e dos próprios utentes que compreenderam o sacrifício que lhes foi imposto no incómodo resultante da sua execução.



Desenvolveram-se contactos com o novo executivo camarário saído das últimas eleições autárquicas no sentido de tornar ainda possível o cumprimento do protocolo celebrado entre a Câmara Municipal e esta Instituição sobre a cedência de equipamentos, que o anterior executivo violou, não tendo sido possível até agora obter um pré acordo que permita trazer a uma Assembleia Geral uma proposta séria que permita aos Irmãos tomar uma posição definitiva sobre o assunto.

Foi dada ainda especial atenção ao novo Regulamento sobre a Proteção de Dados, já em vigor e que vai ter aplicação efetiva a partir de 25 de Maio próximo, tendo-se organizado uma conferência para dar a conhecer as obrigações que resultam da sua aplicação e que se entendeu devia ser alargada a todas as instituições de solidariedade social do concelho.

Deu-se resposta a todos os difíceis problemas que assolam o dia a dia da nossa realidade, mas é precisamente para essas dificuldades que orientamos a nossa atenção no sentido de resolver os problemas, suprir as deficiências, melhorar a qualidade de todos os serviços, sempre no propósito firme de afirmação da instituição na rede social do concelho, em que se integra.

Apesar das dificuldades, verificou-se um aumento dos proventos, mesmo tendo em conta a especial incidência da diminuição do rendimento dos juros das aplicações financeiras da instituição.

Por outro lado, aumentou a despesa corrente, essencialmente com a valorização do custo do trabalho, decorrente do aumento do salário mínimo nacional, aumento estendido a todos os restantes funcionários (com a recuperação do vencimento de uma diuturnidade), circunstância que, sem colocar em causa a justeza da medida, tem naturalmente reflexos sérios na coluna da despesa, ainda especialmente agravada pelo facto de, em virtude da realização das obras na cozinha do Lar, que se prolongaram por mais de dois meses, ter sido necessário recorrer à contratação de uma empresa de confeção de refeições com custos significativamente superiores (42 756.30 €) e que tornaram o resultado do exercício negativo.

Naturalmente a realização de todas as obras desenvolvidas tem reflexo na diminuição das disponibilidades financeiras da Instituição, com os respetivos custos de amortização, mas entende esta Mesa Administrativa que devem ser vistas como investimento necessário e até imprescindível para o licenciamento de todos os edifícios e sua ocupação.



Apesar do investimento no desenvolvimento do seu escopo social os resultados de 2017 demonstram o cuidado que a Mesa Administrativa coloca na gestão dos seus recursos, com a preocupação constante de melhorar as condições de assistência, nas várias valências, de trabalho dos seus funcionários e de aumentar dentro do possível os seus níveis remuneratório.

Apesar disso, os resultados obtidos permitem encarar o futuro com algum otimismo, fruto de uma gestão rigorosa na contenção de custos operacionais e na planificação do investimento necessário para, cumprindo a lei, satisfazer os naturais anseios daqueles para quem esta instituição é o seu porto de abrigo.

### ***Análise da situação económica e financeira***

A Mesa Administrativa, dando cumprimento ao legal e estatutariamente estabelecido na alínea e) do n.º 1 do art.º 27, presta a seguinte informação referente ao período económico de 2017, contida nos seguintes instrumentos de gestão:

- Balanço em 31 de Dezembro de 2017;
- Demonstração de Resultados por natureza em 31 de Dezembro de 2017;
- Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

O objetivo das demonstrações financeiras é proporcionar informação fiável acerca da posição e do desempenho financeiro da Instituição.

De forma resumida, segue-se um curto comentário aos valores constantes da documentação apresentada:



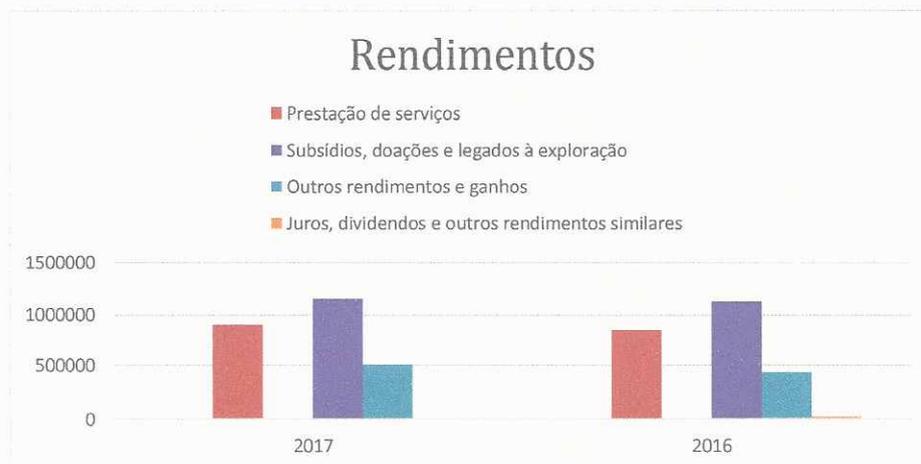
## Análise da Situação Económica – Demonstração de Resultados

Em termos de estrutura de rendimentos, a decomposição é a seguinte:

### RENDIMENTOS

(valores em euros)

| RENDIMENTOS                                      | 2017                | 2016                |
|--|---------------------|---------------------|
| Prestação de serviços                            | 901.622,72          | 846.566,63          |
| Subsídios, doações e legados à exploração        | 1.150.018,32        | 1.120.007,55        |
| Outros rendimentos e ganhos                      | 503.573,45          | 433.760,13          |
| Juros, dividendos e outros rendimentos similares | 8.840,33            | 26.351,60           |
| <b>Total dos rendimentos</b>                     | <b>2.564.054,82</b> | <b>2.426.685,91</b> |



No período económico em análise, a Misericórdia realizou um total de rendimentos no valor de € 2 564 054.82 (dois milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, cinquenta e quatro euros e oitenta e dois cêntimos), traduzindo um acréscimo relativamente ao exercício do ano transato, em termos percentuais, na ordem dos 5.66%.



Na rubrica “Serviços Prestados” verifica-se um acréscimo na ordem de 6.50% em relação ao exercício de 2016, fruto da variação média das mensalidades. As mensalidades variam em função dos rendimentos dos utentes admitidos.

A rubrica “Subsídios, doações e legados à exploração” aumenta 30 010.77€ (trinta mil, dez euros e setenta e sete cêntimos), em relação ao exercício de 2016, resultado da atualização de 2.1% dos valores das participações financeiras por utentes com acordos de cooperação, para as respostas sociais Lar, centro de dia, serviço apoio domiciliário, creche e CATL – centro atividades tempos livres, com exceção da resposta social pré-escolar que atualiza 0.6% face ao observado em 2016. Convém referir que na resposta social do pré-escolar, a Misericórdia candidata-se anualmente a um apoio financeiro para compensar a remuneração média dos educadores de infância dessa valência, na sequência do definido por lei no acordo anual para o ano letivo.

Também contribuí para este aumento a aprovação da candidatura ao PORTUGAL 2020, tipologia de operações 1.2.1-Distribuição de géneros alimentares e/ou de bens de primeira necessidade, no âmbito do aviso n.º PO APMC-F2-2017-01, Fundo Europeu de Auxílio a Pessoas Mais Carenciadas (FEAC), ao território de Paredes, com o n.º total de destinatários de 535, na modalidade de Polo de Receção, Coordenadora e Mediadora, em parceria com as entidades mediadoras **S. Pedro – Centro Social Sobreira e Obra de Assistência Social da Freguesia de Sobrosa**. Este programa foi aprovado e iniciado em 16/10/2017 e a data do fim da operação é 30/11/2019. Os destinatários são distribuídos pelos mediadores da seguinte forma:

*Irmandade da Misericórdia de Paredes – 235*

*S. Pedro – Centro Social Sobreira – 150*

*Obra de Assistência Social da Freguesia de Sobrosa – 150*

A Misericórdia de Paredes, recebe os produtos, armazena, distribui aos mediadores e aos destinatários e é responsável pela coordenação de toda a logística e ações de acompanhamento. Os produtos a distribuir no âmbito da operação são produtos congelados, frios e secos, nomeadamente leite, arroz, queijo, tomate enlatado, atum em latas individuais, brócolos congelados, cereais de pequeno-almoço, creme vegetal, espinafres congelados, feijão enlatado, frango congelado em pedaços, grão-de-bico cozido enlatado, marmelada, massa esparguete, mistura de vegetais para preparação de sopa ultracongelada, pescada n.º 3 congelada para cozer e sardinha em óleo vegetal em latas individuais.



O Instituto de Segurança Social assumiu a qualidade de organismo intermédio do FEAC (Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas). Atendendo à composição dos cabazes a distribuir, reforçados em termos nutricionais e por grupo de destinatários, e à temporalidade semestral de distribuição inerente ao tipo de alimentos constantes dos mesmos, bem como à necessidade de criação de condições logísticas para prover os recursos necessários à execução das ações e atividades inerentes ao desenvolvimento do POAPMC, em particular no que respeita às despesas iniciais de armazenagem, refrigeração, transportes e distribuição de géneros alimentares, foi criado o programa de apoio financeiro complementar à execução do POAPMC, denominado PAC (Programa de Apoio Complementar), que complementa o apoio financeiro previsto no âmbito do POAPMC com a distribuição e o armazenamento dos alimentos.

Os subsídios são reconhecidos no ano a que dizem respeito, independentemente do momento do seu recebimento.

Na rubrica “Outros Rendimentos e Ganhos” verifica-se um acréscimo de 69 813.32€ (sessenta e nove mil oitocentos e treze euros e trinta e dois cêntimos), em relação ao período transato, reflexo da atualização do coeficiente de atualização das rendas em 1.0054, bem como pedidos de restituição de valor de IVA suportado nas faturas de construções, manutenções e conservação dos edifícios realizadas, de bebidas e alimentação, e de elementos do ativo fixo tangível e suas reparações, com limites estipulados na lei para restituição de IVA de outros regimes - IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social.

A rubrica “Juros e Rendimentos Similares obtidos” têm sofrido reduções, justificando-se pelo facto de parte das disponibilidades serem aplicadas em investimentos e também pela redução da taxa de juros. No período em análise, esta rubrica teve um decréscimo, em termos percentuais, na ordem de 66.45%, em relação ao período de 2016.

As rubricas com mais peso na estrutura de rendimentos do ano de 2017 são, os “Subsídios, Doações e Legados à Exploração”, “Prestação de Serviços” e “Outros Rendimentos e Ganhos” representando 44.85%, 35.16% e 19.64% do total dos rendimentos, respetivamente.

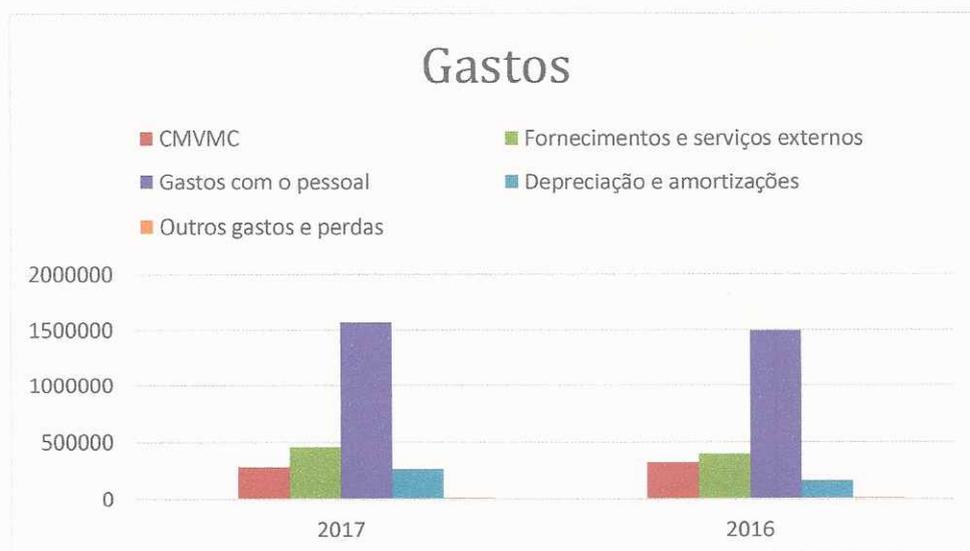


Em termos de estrutura de gastos, a decomposição é a seguinte:

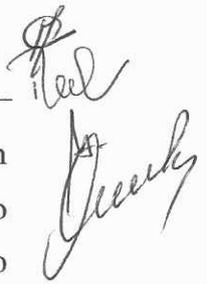
## GASTOS

(valores em euros)

| Gastos                            | 2017                | 2016                |
|-----------------------------------|---------------------|---------------------|
| CMVMC                             | 287.164,79          | 329.125,23          |
| Fornecimentos e serviços externos | 454.831,05          | 392.179,30          |
| Gastos com o pessoal              | 1.568.965,34        | 1.495.686,49        |
| Depreciação e amortizações        | 269.843,39          | 163.982,14          |
| Outros gastos e perdas            | 15.736,94           | 14.826,78           |
| <b>Total dos gastos</b>           | <b>2.596.541,51</b> | <b>2.395.799,94</b> |



No que diz respeito à estrutura de gastos, verifica-se que os mesmos ascenderam ao valor de € 2 596 541.51 (dois milhões, quinhentos e noventa e seis mil, quinhentos e quarenta e um euros e cinquenta e um cêntimos), o que representa um acréscimo na ordem dos 8.38%, face ao ano de 2016.



Na rubrica “Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas” verifica-se um decréscimo na ordem de 12.75%, face ao período de 2016, justificada pelo encerramento provisório da cozinha do Lar devido à obra de “Remodelação do Rés-do-chão do Edifício do Lar”. Neste período de remodelação do espaço destinado à cozinha, as refeições foram fornecidas por uma empresa subcontratada para o efeito. O valor do gasto é refletido na rubrica “Subcontratos” incluída na conta de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

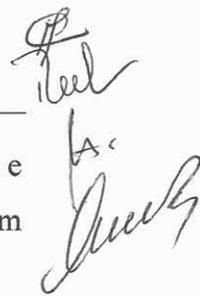
Na rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” verifica-se um aumento na ordem de 15.98%, em relação ao período de 2016, justificada pelo conjunto de gastos contemplados na obra acima referida, bem como nas obras de “Remodelação de espaço destinado ao CATL – centro de atividades tempos livres” e “Remodelação das antigas salas do CATL para instalação de berçário e creche”.

Os “Gastos com o Pessoal” atingiram a verba respeitável de € 1 568 965.34, um acréscimo de 4.90%, em relação ao período de 2016. Contribuiu para este facto, o diferencial de atualização do salário mínimo nacional a todas as remunerações dos profissionais da Instituição, bem como admissão duas funcionárias, uma das quais já se encontrava em estágio profissional em 2016.

Por sua vez, a rubrica “Gastos com Depreciações e Amortizações” sofre um aumento significativo na ordem de 64.56%, face ao ano transato, motivada pelas três obras de remodelação acima referidas e respetivos equipamentos básicos.

Na Rubrica “Outros Gastos e Perdas” verifica-se um ligeiro aumento na ordem dos 6.14%, em relação ao período de 2016, influenciada por taxas referentes a pedidos de certificação energética para o edifício do jardim-de-infância, loteamento e outros gastos pouco significativos.

É de salientar no total dos gastos as rubricas “Gastos com o Pessoal”, “Fornecimentos e Serviços Externos” e “CMVMC – Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas” com uma representatividade de 60.43%, 17.52%, e 11.06% respetivamente.



Completamos o período de 2017, com um resultado líquido negativo de € 32 486.69 (trinta e dois mil, quatrocentos e oitenta e seis euros, e sessenta e nove cêntimo), correspondendo a um decréscimo de 205.18%, face ao período de 2016.

### **Análise da Situação Financeira – Balanço**

Da análise ao balanço podemos constatar que em 31 de Dezembro de 2017 o Ativo líquido da Instituição cifra-se em € 6 014 167.36 (seis milhões, catorze mil, cento e sessenta e sete euros e trinta e seis cêntimos), traduzindo um acréscimo em termos percentuais de 1.85%, relativamente ao período de 2016 que se cifrou em 5 904 733.24 (cinco milhões, novecentos e quatro mil, setecentos e trinta e três euros e vinte e quatro cêntimos).

A rubrica "Outras Variações nos Fundos Patrimoniais" contempla os Subsídios (PIDDAC), bem como heranças e doações efetuadas por utentes do Lar, já falecidos.

Os subsídios não reembolsáveis (PIDDAC) e as doações relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, na rubrica “Outras Variações nos fundos patrimoniais” e subseqüentemente imputados numa base sistemática como rendimentos, para a rubrica da demonstração dos resultados “Outros rendimentos – Imputação de subsídios para investimento” durante os períodos necessários à contabilização das depreciações dos bens a que respeitam.

A conta "ajustamentos em ativos financeiros" refere-se ao ajustamento na quantia escriturada do investimento financeiro no HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA. Relativamente à base de mensuração das participações financeiras na sociedade Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, as NCRF aplicáveis às entidades do setor não lucrativo (SNC-ESNL) são omissas quanto à valorização pelo método da equivalência patrimonial dos investimentos financeiros. Embora tenha sido feito ajustamento da participação detida no Hospital da Misericórdia de Paredes, SA em 2013, entende-se não se justificar a continuidade da sua aplicação relativamente aos resultados daquela entidade, em virtude de provocar uma distorção significativa nos resultados apurados pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes. Em 2014 foi efetuado um ajustamento neste ativo financeiro pelo reconhecimento da redução do capital social do Hospital da Misericórdia de Paredes, SA para a cobertura de prejuízos, mantendo-se a percentagem de participação detida pela Misericórdia nessa



*Handwritten signatures and initials, including 'JP', '100', and 'A. Lucas'.*

sociedade (31.7%). Em 2015 houve um aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas tendo em conta que a Misericórdia não participou nesse aumento, a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 13.65%. No ano de 2016 não houve alterações à participação detida nessa empresa. Em 2017 houve outro aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas a Misericórdia manteve a posição em não participar nesse aumento e por este motivo a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 11.38%.

É de destacar a representatividade de 41.45% Ativos fixos tangíveis e de 35.18% das disponibilidades, no total do ativo.

Quanto aos fundos patrimoniais passou de € 5 484 106.74 (cinco milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, cento e seis euros e setenta e quatro cêntimos) em 2016 para € 5 442 695.79 (cinco milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, seiscentos e noventa e cinco euros e setenta e nove cêntimos) em 2017, o que traduz um decréscimo em termo percentuais de 0.76%.

Quanto ao passivo corrente, passou de € 420 626.50 (quatrocentos e vinte mil, seiscentos e vinte e seis euros e cinquenta cêntimos) em 2016, para € 571 471.57 (quinhentos e setenta e um mil, quatrocentos e setenta e um euros e cinquenta e sete cêntimos) em 2017, o que traduz um acréscimo em termos percentuais de 35.86%. A rubrica que tem maior influência neste aumento é "Outras Contas a Pagar", que contempla fornecedores do imobilizado/ativos fixos tangíveis e intangíveis, credores por acréscimos de gastos (estimativa de férias, subsídios de férias e respetivos encargos com os gastos com o pessoal) e valores a pagar aos Mediadores que estão em parceria com a Misericórdia no Programa POAPMC (Programa Operacional Apoio a Pessoas Mais Carenciadas), programa explicado na rubrica "Subsidio, doações e legados à exploração". Convém referir que a Misericórdia como Coordenadora desse programa, fica responsável pelo recebimento dos subsídios e à posterior transfere para a conta bancária dos Mediadores.



## Investimentos

O período de 2017 registou um investimento global de € 939 350.43 (novecentos e trinta e nove mil, trezentos e cinquenta euros, e quarenta e três cêntimos), o que representa um acréscimo de 1646.64%, face ao ano de 2016.

(valores em euros)

| Investimentos                                       | 2017              | 2016             |
|---|-------------------|------------------|
| <b>Ativos fixos tangíveis</b>                       |                   |                  |
| Edifícios e outras construções                      | 767.782,55        | 25.266,85        |
| Equipamento básico                                  | 128.256,50        | 15.292,14        |
| Equipamento de transporte                           | 0,00              | 0,00             |
| Equipamento Administrativo                          | 19.073,16         | 12.860,67        |
| Outros ativos                                       | 159,00            | 360,79           |
| <b>Ativos intangíveis- Projetos desenvolvimento</b> | 24.079,22         | 0,00             |
| <b>Investimentos financeiros</b>                    | 0,00              | 0,00             |
| <b>Total de investimentos</b>                       | <b>939.350,43</b> | <b>53.780,45</b> |



## Execução Orçamental

A nível de execução orçamental os rendimentos e os gastos situaram-se acima do orçamentado em 6.22% e 7.68% respetivamente.

Conclui-se por conseguinte que apesar dos desvios, a execução não foi prejudicial e que não teve repercussões que pudessem em qualquer momento criar dificuldades de funcionamento.

Realce-se mais uma vez, que para isso foi determinante a atitude construtiva e colaborante de todos os trabalhadores da Misericórdia, com ou sem funções de chefia.



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Permitam numa natural economia de esforço intelectual reproduzir o que há um ano aqui se referiu, reforçando a convicção que na apresentação do relatório e contas referente ao ano de 2017, como aliás é usual nesta instituição, procurou-se fazer refletir com rigor o que caracterizou a ação da Mesa Administrativa e a demonstração clara do que foi a atividade desta Santa Casa, na coordenação entre as necessidades dos utentes e a prestação do melhor serviço, na vontade expressa de melhorar continuamente as condições de funcionamento das diversas áreas de intervenção e no apoio dado a todos os colaboradores da instituição, tudo numa época particularmente difícil com reflexos graves na vida das pessoas.

Como todos os irmãos sabem, os desafios que se colocam nos dias de hoje às instituições privadas de solidariedade social e particularmente à nossa Santa Casa da Misericórdia de Paredes são tremendos, assim como seguramente é imensa a capacidade de trabalho de todos quantos nela participam do seu quotidiano, pelo que continuaremos a desempenhar um papel significativo na afirmação da solidariedade fraterna.

A Mesa Administrativa não pode deixar de agradecer a colaboração e ajuda dos órgãos sociais, assim como de todos os trabalhadores que dela fazem a sua própria casa, a quem pedimos que continuem a honrar de forma significativa o bom nome da Santa Casa da Misericórdia de Paredes.



### **PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

Assim nos termos do exposto, a Mesa Administrativa desta instituição, propõe à Assembleia-geral o seguinte:

- ✓ Aprovação do Relatório e Contas do período de 2017;
- ✓ Que o Resultado Líquido Negativo de 32 486.69 euros (trinta e dois mil, quatrocentos e oitenta e seis euros e sessenta e nove cêntimos) do período de 2017, transite para Resultados Transitados.

Paredes, 07 de Março de 2018

**A Mesa Administrativa**



1.000 Real  
faddalath



*Handwritten signatures in the top right corner.*

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO 2017



## Balanço em 31 de Dezembro de 2017

(Montantes expressos em Euros)

| RUBRICAS  | NOTAS | 31-12-2017          | 31-12-2016          |
|---|-------|---------------------|---------------------|
| <b>ATIVO:</b>   |       |                     |                     |
| <b>Ativo não corrente:</b>  |       |                     |                     |
| Ativos fixos tangíveis  | 4     | 2.492.694,75        | 1.818.456,32        |
| Bens do património histórico e cultural                           |       |                     |                     |
| Ativos intangíveis  | 5     | 16.053,62           | 20.785,01           |
| Investimentos financeiros   | 6     | 445.758,28          | 448.482,34          |
| Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros |       |                     |                     |
| Outros créditos e ativos não correntes                            |       | -                   | -                   |
|   |       | <b>2.954.506,65</b> | <b>2.287.723,67</b> |
| <b>Ativo corrente:</b>  |       |                     |                     |
| Inventários   | 7     | 12.875,79           | 10.895,69           |
| Créditos a receber  | 13.1  | 39.741,63           | 33.498,92           |
| Estado e outros entes públicos                                    | 13.2  | 53.718,46           | 10.879,08           |
| Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros | 13.3  | 10,00               | 950,00              |
| Diferimentos  | 13.4  | 95.004,03           | 92.188,87           |
| Outros ativos correntes   | 13.5  | 742.480,53          | 655.772,35          |
| Caixa e depósitos bancários                                       | 13.6  | 2.115.830,27        | 2.812.824,66        |
|   |       | <b>3.059.660,71</b> | <b>3.617.009,57</b> |
| <b>Total do Ativo</b>   |       | <b>6.014.167,36</b> | <b>5.904.733,24</b> |
| <b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO:</b>                             |       |                     |                     |
| <b>Fundos patrimoniais</b>  |       |                     |                     |
| Fundos  | 13.7  | 52.216,75           | 52.216,75           |
| Excedentes técnicos   |       |                     |                     |
| Reservas  |       |                     |                     |
| Resultados transitados  | 13.7  | 5.843.874,80        | 5.812.988,83        |
| Excedentes de revalorização                                       |       |                     |                     |
| Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais             | 13.7  | (420.909,07)        | (411.984,81)        |
|   |       |                     |                     |
| Resultado líquido do período                                      |       | (32.486,69)         | 30.885,97           |
| <b>Total do Fundo de Capital</b>                                  |       | <b>5.442.695,79</b> | <b>5.484.106,74</b> |
| <b>PASSIVO:</b>   |       |                     |                     |
| <b>Passivo corrente:</b>  |       |                     |                     |
| Fornecedores  | 13.8  | 77.936,40           | 64.349,27           |
| Estado e outros entes públicos                                    | 13.1  | 35.137,75           | 33.790,13           |
| Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros |       |                     |                     |
| Financiamentos obtidos  |       |                     |                     |
| Diferimentos  | 13.4  | 51.237,63           | 39.000,00           |
| Outros passivos correntes   | 13.9  | 407.159,79          | 283.487,10          |
|   |       | <b>571.471,57</b>   | <b>420.626,50</b>   |
| <b>Total do Passivo</b>   |       | <b>571.471,57</b>   | <b>420.626,50</b>   |
| <b>Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo</b>                 |       | <b>6.014.167,36</b> | <b>5.904.733,24</b> |

**Demonstração dos Resultados por Natureza em 31 de dezembro 2017**

(Montantes expressos em Euros)

| Rendimentos e Gastos   | Notas | 31-12-2017         | 31-12-2016        |
|--|-------|--------------------|-------------------|
| Vendas e serviços prestados  | 13.10 | 901.622,72         | 846.566,63        |
| Subsídios, doações e legados à exploração                                  | 13.11 | 1.150.018,32       | 1.120.007,55      |
| Variação nos inventários da produção                                       |       |                    |                   |
| Trabalhos para a própria entidade  |       |                    |                   |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas                   | 13.12 | (287.164,79)       | (329.125,23)      |
| Fornecimentos e serviços externos  | 13.14 | (454.831,05)       | (392.179,30)      |
| Gastos com o pessoal   | 13.15 | (1.568.965,34)     | (1.495.686,49)    |
| Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)                             |       |                    |                   |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)                         |       |                    |                   |
| Provisões (aumentos/reduções)  |       |                    |                   |
| Provisões específicas (aumentos/reduções)                                  |       |                    |                   |
| Outras imparidades (perdas/reversões)                                      |       |                    |                   |
| Aumentos/reduções de justo valor   |       |                    |                   |
| Outros rendimentos   | 13.16 | 503.573,45         | 433.760,13        |
| Outros gastos  | 13.17 | (15.736,94)        | (14.826,78)       |
| <b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b> |       | <b>228.516,37</b>  | <b>168.516,51</b> |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização                           | 4/5   | (269.843,39)       | (163.982,14)      |
| <b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b> |       | <b>(41.327,02)</b> | <b>4.534,37</b>   |
| Juros e rendimentos similares obtidos                                      | 13.18 | 8.840,33           | 26.351,60         |
| Juros e rendimentos similares suportados                                   |       |                    |                   |
| <b>Resultado antes de impostos</b>   |       | <b>(32.486,69)</b> | <b>30.885,97</b>  |
| Imposto sobre o rendimento do período                                      |       | -                  | -                 |
| <b>Resultado líquido do período</b>  |       | <b>(32.486,69)</b> | <b>30.885,97</b>  |

**Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais no período 2016**

(Montantes expressos em Euros)

| Reconciliação dos fundos patrimoniais              | Fundos Patrimoniais |                      |                        |                        |                              |              |
|--|---------------------|----------------------|------------------------|------------------------|------------------------------|--------------|
|  | Fundo               | variações nos fundos | Resultados transitados | Ajustamentos em ativos | Resultado líquido do período | Total        |
| <b>Saldo em 1 de janeiro de 2016 (SNC)</b>         | 52.216,75           | 737.877,87           | 5.694.656,59           | (1.140.938,42)         | 118.332,24                   | 5.462.145,03 |
| <b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>                       |                     |                      |                        |                        |                              |              |
| Alteração de políticas contabilísticas             |                     |                      |                        |                        |                              | 0,00         |
| Aplicação Resultado Líquido Período                |                     |                      | 118.332,24             |                        | (118.332,24)                 | 0,00         |
| Outras alterações reconhecidas no fundo de capital |                     | (8.924,26)           |                        | -                      |                              | (8.924,26)   |
| <b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>                |                     |                      |                        |                        | 30.885,97                    | 30.885,97    |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2016 (SNC)</b>       | 52.216,75           | 728.953,61           | 5.812.988,83           | (1.140.938,42)         | 30.885,97                    | 5.484.106,74 |

**Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais no período 2017**

(Montantes expressos em Euros)

| Reconciliação dos fundos patrimoniais              | Fundos Patrimoniais |  |                        |                        |                              |              |
|--|---------------------|--|------------------------|------------------------|------------------------------|--------------|
|  | Fundo               | Outras variações nos fundos patrimoniais | Resultados transitados | Ajustamentos em ativos | Resultado líquido do período | Total        |
| <b>Saldo em 1 de janeiro de 2017 (SNC)</b>         | 52.216,75           | 728.953,61                               | 5.812.988,83           | -1.140.938,42          | 30.885,97                    | 5.484.106,74 |
| <b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>                       |                     |  |                        |                        |                              |              |
| Alteração de políticas contabilísticas             |                     |  |                        |                        |                              | 0,00         |
| Aplicação Resultado Líquido Período                |                     |  | 30.885,97              |                        | (30.885,97)                  | 0,00         |
| Outras alterações reconhecidas no fundo de capital |                     | (8.924,26)                               |                        | -                      |                              | (8.924,26)   |
| <b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>                |                     |  |                        |                        | (32.486,69)                  | (32.486,69)  |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2017 (SNC)</b>       | 52.216,75           | 720.029,35                               | 5.843.874,80           | (1.140.938,42)         | (32.486,69)                  | 5.442.695,79 |


**Demonstração dos Fluxos de Caixa**

(Montantes expressos em Euros)

| RUBRICAS   | NOTAS | 31-12-2017           | 31-12-2016           |
|--|-------|----------------------|----------------------|
| <b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b> |       |                      |                      |
| Recebimentos de clientes e utentes                                   |       | 895.379,22           | 843.987,32           |
| Pagamentos de subsídios  |       |                      |                      |
| Pagamentos de apoios   |       |                      |                      |
| Pagamentos de bolsas   |       |                      |                      |
| Pagamentos a fornecedores  |       | -716.830,05          | -720.244,30          |
| Pagamentos ao pessoal  |       | -1.553.942,31        | -1.493.304,92        |
| <b>Fluxo gerada pelas operações</b>                                  |       | <b>-1.375.393,14</b> | <b>-1.369.561,90</b> |
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento                  |       | -219,71              | -41,16               |
| Outros recebimentos/pagamentos                                       |       | 1.514.523,98         | 1.490.268,68         |
| <b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>              |       | <b>138.911,13</b>    | <b>120.665,62</b>    |
| <b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>               |       |                      |                      |
| <b>Pagamentos respeitantes a:</b>                                    |       |                      |                      |
| Activos fixos tangíveis  |       | -828.261,06          | -34.613,50           |
| Activos intangíveis  |       | -24.079,22           | 0,00                 |
| Investimentos financeiros  |       | 0,00                 | 0,00                 |
| Outros activos   |       |                      |                      |
| <b>Recebimentos provenientes de:</b>                                 |       |                      |                      |
| Activos fixos tangíveis  |       |                      |                      |
| Activos intangíveis  |       |                      |                      |
| Investimentos financeiros  |       | 2.724,06             | 0,00                 |
| Outros activos   |       |                      |                      |
| Subsídios ao investimento  |       |                      |                      |
| Juros e rendimentos similares  |       | 13.541,60            | 33.334,77            |
| Dividendos   |       | 169,10               | 164,65               |
| <b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>           |       | <b>-835.905,52</b>   | <b>-1.114,08</b>     |
| <b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>              |       |                      |                      |
| <b>Recebimentos provenientes de:</b>                                 |       |                      |                      |
| Financiamentos obtidos   |       |                      |                      |
| Realização de fundos   |       |                      |                      |
| Cobertura de prejuízos   |       |                      |                      |
| Doações  |       |                      |                      |
| Outras operações de financiamento                                    |       |                      |                      |
| <b>Pagamentos respeitantes a:</b>                                    |       |                      |                      |
| Financiamentos obtidos   |       |                      |                      |
| Juros e gastos similares   |       |                      |                      |
| Dividendos   |       |                      |                      |
| Redução de fundos  |       |                      |                      |
| Outras operações de financiamento                                    |       |                      |                      |
| <b>Fluxos da caixa das actividades de financiamento (3)</b>          |       | <b>0,00</b>          | <b>0,00</b>          |
| <b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>                  |       | <b>-696.994,39</b>   | <b>119.551,54</b>    |
| <b>Caixa e seus equivalentes no inicio do período</b>                |       | <b>2.812.824,66</b>  | <b>2.693.273,12</b>  |
| <b>Caixa e seus equivalentes no final do período</b>                 | 13.6  | <b>2.115.830,27</b>  | <b>2.812.824,66</b>  |



## Anexo às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Montantes Expressos em euros)

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

#### 1.1. Denominação da entidade

A Irmandade da Misericórdia de Paredes, também mais abreviadamente denominada Santa Casa da Misericórdia de Paredes ou simplesmente Misericórdia de Paredes, fundada no ano de 1902 e o seu número de identificação fiscal é o 500 835 454.

#### 1.2. Sede social

Rua Elias Moreira Neto, n.º 161

4580-085 Paredes

#### 1.3. Natureza da atividade

A Irmandade da Misericórdia de Paredes é uma associação de fiéis, constituída na Ordem Jurídica Canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico, de harmonia com o espírito tradicional, informado pelos princípios da doutrina e moral cristã.

A Irmandade tem personalidade jurídica civil e está reconhecida como Instituição Privada de Solidariedade Social, mediante participação escrita da sua ereção canónica, feita pelo Ordinário Diocesano.

Em conformidade com a natureza que lhe provém, a Irmandade presta serviços de ação social com e sem alojamento, bem como apoio social á Infância através das respostas sociais: Lar de idosos, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário, Creche, Pré-escolar, CATL e também RSI – Rendimento Social de Inserção.

**1.4. Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidades de euros.**

**1.5. Tal como prevê a NCRF-ESNL, sempre que não esteja previsto algum aspeto particular recorre-se supletivamente às restantes normas SNC.**



## **2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1. Divulgação expressa do referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras**

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o sistema de normalização contabilístico para entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 DE 09 de março de 2011.

#### ***Instrumentos legais da NCRF – ESNL:***

Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho de 2015 – NCRF – ESNL;

Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho – Modelos de Demonstrações Financeiras;

Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho – Código das Contas;

Decreto – Lei n.º 98/2015, de 2 de junho - SNC

Portaria n.º 105/2011, de 14 de março – Modelos de Demonstrações Financeiras;

Portaria n.º 106/2011, de 14 de março – Código das Contas;

Aviso n.º 6726-B/2011 – 14 de março – NCRF-ESNL;

Portaria n.º 986/2009, de 07 de setembro;

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho - SNC.

**2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.**

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC - ESNL.

**2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.**

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2017 são comparáveis em todos os aspetos significativos com valores do período de 2016.



### **3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS**

#### **3.1. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:**

##### **a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras anexas, foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com a normalização contabilística para entidades do setor não lucrativo (ESNL).

##### **b) Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir de registos contabilísticos da Instituição.

##### **c) Principais fontes de incerteza das estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

##### **d) Regime do Acréscimo (Periodização económica)**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas sendo registados contabilisticamente e relatadas nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Devedores e Credores por acréscimo” e “Diferimentos”.

##### **e) Eventos subsequentes**

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

#### **3.2. ALTERAÇÃO NA POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:**

Até 2015 as propriedades de investimento nomeadamente terrenos e edifícios cujos fins são obtenção de rendas, e não para uso ou fins administrativos, ou para venda no



decurso da atividade corrente, eram classificadas na conta 42 – Propriedades de Investimento. A partir de 2016, devido à alteração da própria Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), passaram a ser classificados na conta 43 – Ativos Fixos Tangíveis.

Esta alteração reflete-se na eliminação da anterior rubrica do balanço “Propriedades de Investimento” e num aumento da rubrica do balanço de “Ativos Fixos Tangíveis”.

Em 2014 foi alterada a política contabilística de mensuração da participação financeira no HMP, SA tendo em conta que as NCRL aplicáveis às entidades do setor não lucrativo (SNC-ESNL) são omissas quanto à valorização pelo método da equivalência patrimonial dos investimentos financeiros. Embora tenha sido feito ajustamento da participação detida no Hospital da Misericórdia de Paredes, SA em 2013, entende-se não se justificar a continuidade da sua aplicação relativamente aos resultados daquela entidade, em virtude de provocar uma distorção significativa nos resultados apurados pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes. Este ajustamento registado em 2013, foi corrigido e efetuado o necessário ajustamento na quantia escriturada do investimento resultado da redução do capital social para cobertura dos prejuízos da sociedade, mantendo a percentagem de participação financeira (31.7%). Em 2015 houve um aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas tendo em conta que a Misericórdia não participou nesse aumento, a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 13.65%. Em 2017 houve outro aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA mas a Misericórdia manteve a posição em não participar nesse aumento e por este motivo a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 11.38%.

#### **4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

##### **4.1. DIVULGAÇÃO PARA CADA CLASSE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:**

###### **a) Critério de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

Os gastos com conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos



tangíveis, foram registadas como gasto do exercício em que ocorrem, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividade presentes e futuras adicionais.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes de venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade, a título gratuito, encontram-se mensurados ao seu justo valor.

As doações ou heranças que estejam associados a ativos depreciáveis/amortizáveis, são inicialmente registados na rubrica “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais”, sendo transferidas, numa base sistemática, para a rubrica da demonstração dos Resultados “Outros Rendimentos – Imputação de doações para investimentos”.

A partir de 2016, as anteriormente designadas “Propriedades de Investimento” passaram a estar incluídas nos ativos fixos tangíveis, de acordo com o capítulo 7, do aviso n.º 8259/2015 de 16 de julho, e incluem essencialmente terrenos, edifícios e outras construções para obter rendimento.

**b) Métodos de depreciações usados:**

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em sistema de quotas constantes.

**c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas:**

O período da vida útil esperada coincide com as taxas de depreciação utilizadas pelo Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro de 2009.

**d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:**

**Ativo Bruto**

|                                   | Saldo em<br>31/12/2016 | Aumentos e<br>Reavaliações | Abates e<br>Alienações | Correcções<br>e Transf. | Saldo em<br>31/12/2017 |
|-----------------------------------|------------------------|----------------------------|------------------------|-------------------------|------------------------|
| <b>Ativos fixos tangíveis</b>     |                        |                            |                        |                         |                        |
| Terrenos                          | 17.707,33              |                            |                        |                         | 17.707,33              |
| Edifícios e outras construções    | 12.991.290,95          | 767.782,55                 | 214,56                 |                         | 13.758.858,94          |
| Equipamento básico                | 527.777,01             | 128.256,50                 | 13.644,68              |                         | 642.388,83             |
| Equipamento de transporte         | 359.923,03             | -                          | -                      |                         | 359.923,03             |
| Equipamento administrativo        | 174.064,46             | 19.073,16                  | 4.733,60               |                         | 188.404,02             |
| Outros ativos fixos tangíveis     | 78.421,59              | 159,00                     |                        |                         | 78.580,59              |
| <b>Total Ativo tangível bruto</b> | <b>14.149.184,37</b>   | <b>915.271,21</b>          | <b>18.592,84</b>       | <b>-</b>                | <b>15.045.862,74</b>   |

**Depreciações Acumuladas**

|  | Saldo em<br>31/12/2016 | Aumentos          | Abates e<br>Alienações | Correcções<br>e Transf. | Saldo em<br>31/12/2017 |
|--|------------------------|-------------------|------------------------|-------------------------|------------------------|
| <b>Ativos fixos tangíveis</b>              |                        |                   |                        |                         |                        |
| Edifícios e outras construções             | 11.381.181,42          | 155.847,33        | 214,56                 |                         | 11.536.814,19          |
| Equipamento básico                         | 458.162,18             | 35.850,78         | 13.644,68              |                         | 480.368,28             |
| Equipamento de transporte                  | 253.705,95             | 41.534,37         | -                      |                         | 295.240,32             |
| Equipamento administrativo                 | 159.632,64             | 7.655,41          | 4.733,60               |                         | 162.554,45             |
| Outros ativos fixos tangíveis              | 78.045,86              | 144,89            | -                      |                         | 78.190,75              |
| <b>Total depreciações ativos tangíveis</b> | <b>12.330.728,05</b>   | <b>241.032,78</b> | <b>18.592,84</b>       |                         | <b>12.553.167,99</b>   |
| <b>Ativo fixo tangível líquido</b>         | <b>1.818.456,32</b>    |                   |                        |                         | <b>2.492.694,75</b>    |

**5. ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS****5.1. DIVULGAÇÃO PARA CADA CLASSE DE ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS:****a) Critério de mensuração usado para determinar a quantia escriturada bruta:**

Os ativos fixos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

**b) Métodos de depreciações usados:**

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em sistema de quotas constantes.

**c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas:**

O período da vida útil esperada coincide com as taxas de depreciação utilizadas pelo Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro de 2009.

**d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:**

**Ativo Bruto**

|                                     | Saldo em<br>31/12/2016 | Aumentos e<br>Reavaliações | Abates e<br>Alienações | Correcções<br>e Transf. | Saldo em<br>31/12/2017 |
|-------------------------------------|------------------------|----------------------------|------------------------|-------------------------|------------------------|
| <b>Ativos fixos intangíveis</b>     |                        |                            |                        |                         |                        |
| Projetos de desenvolvimento         | 65.171,55              | 24.079,22                  |                        |                         | 89.250,77              |
| <b>Total Ativo intangível bruto</b> | <b>65.171,55</b>       | <b>24.079,22</b>           | -                      | -                       | <b>89.250,77</b>       |
| <b>Total</b>                        | <b>65.171,55</b>       | <b>24.079,22</b>           | -                      | -                       | <b>89.250,77</b>       |

**Depreciações Acumuladas**

|  | Saldo em<br>31/12/2016 | Aumentos         | Abates e<br>Alienações | Correcções<br>e Transf. | Saldo em<br>31/12/2017 |
|--|------------------------|------------------|------------------------|-------------------------|------------------------|
| <b>Ativos fixos intangíveis</b>              |                        |                  |                        |                         |                        |
| Projetos de desenvolvimento                  | 44.386,54              | 28.810,61        | -                      | -                       | 73.197,15              |
| <b>Total depreciações ativos intangíveis</b> | <b>44.386,54</b>       | <b>28.810,61</b> | -                      | -                       | <b>73.197,15</b>       |
| <b>Total</b>                                 | <b>44.386,54</b>       | <b>28.810,61</b> | <b>0,00</b>            | <b>0,00</b>             | <b>73.197,15</b>       |
| <b>Ativo intangível líquido</b>              | <b>20.785,01</b>       |                  |                        |                         | <b>16.053,62</b>       |

**6. INVESTIMENTOS FINANCEIROS****6.1. DIVULGAÇÃO DOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS:**

Os investimentos financeiros são constituídos por participações financeiras no capital da sociedade HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, bem como FRSS – Fundo de Reestruturação do sector social e outros investimentos, tais como ações da EDP, Cimpor e outras.

**a) Critério de mensuração usado para determinar a quantia escriturada bruta:**

Os investimentos financeiros são mensurados ao custo.

Relativamente à base de mensuração das participações financeiras na sociedade Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, as NCRL aplicáveis às entidades do setor não lucrativo (SNC-ESNL) são omissas quanto à valorização pelo método da equivalência patrimonial dos investimentos financeiros. Embora tenha sido feito ajustamento da participação detida no Hospital da Misericórdia de Paredes, SA em 2013, entende-se não se justificar a continuidade da sua aplicação relativamente aos resultados daquela entidade, em virtude de provocar uma distorção significativa nos resultados apurados pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes. Em 2014 foi efetuado um ajustamento neste ativo financeiro pelo reconhecimento da redução do capital social do Hospital da Misericórdia de Paredes, SA para a cobertura de prejuízos, mantendo-se a percentagem de participação detida pela Misericórdia nessa sociedade (31.7%). Em 2015 houve um aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas tendo



em conta que a Misericórdia não participou nesse aumento, a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 13.65%. Em 2016 a percentagem de participação mantém-se. Em 2017 houve outro aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA mas a Misericórdia manteve a posição em não participar nesse aumento e por este motivo a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 11.38%.

Foi apresentado um Processo Especial de Revitalização (PER) pelo HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA em julho de 2016, que corre termos no Tribunal da Comarca Porto Este – Instância Central de Amarante – Secção de Comércio – J2 sob o N.º 914/16.6 T8AMT. Atualmente existe um litígio judicial pendente que corre termos no referido tribunal, relativo ao PER apresentado pelo HMP - Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, onde a Misericórdia apresentou uma reclamação de créditos de rendas comerciais do imóvel onde está instalado o HMP no valor de 507 643.88€ (quinhentos e sete mil seiscientos e quarenta e três euros e oitenta e oito cêntimos, provenientes de rendas vencidas e não pagas pelo HMP no período compreendido entre abril de 2013 e julho de 2016, e um crédito de suprimentos, a título de reforço de suprimentos adicionais, efetuado pela Misericórdia enquanto acionista do HMP, no valor de 110 922.00€ (cento e dez mil novecentos e vinte e dois euros).

No ano 2017 houve alienação das ações da EDP e Cimpor. O desreconhecimento destes ativos financeiros, resultante de venda é determinado pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas “Outros rendimentos ” ou “Outros gastos”.

**b) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra as adições, as revalorizações, as alienações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as quantias escrituradas são as seguintes:

**Investimentos financeiros**

|  | Saldo em<br>31/12/2016 | Aumentos | Abates e<br>Alienações | Ajustamento | Saldo em<br>31/12/2017 |
|--|------------------------|----------|------------------------|-------------|------------------------|
| <b>Investimentos financeiros</b>       |                        |          |                        |             |                        |
| Ações no HMP, SA                       | 443.661,58             | -        | -                      | -           | 443.661,58             |
| Outros investimentos financeiros       | 4.820,76               | -        | 2.724,06               |             | 2.096,70               |
| <b>Total Investimentos financeiros</b> | <b>448.482,34</b>      | <b>-</b> | <b>2.724,06</b>        | <b>-</b>    | <b>445.758,28</b>      |

**7. INVENTÁRIOS****7.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada:**

Os materiais e produtos de consumo encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores.

O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado em sistema de inventário intermitente.

**7.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade:**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os valores constantes dos inventários são as seguintes:

**Inventários**

| Descrição                     | 2017             | 2016             |
|-------------------------------|------------------|------------------|
| <b>Inventários</b>            | -                | -                |
| Matérias primas e consumíveis | 12.875,79        | 10.895,69        |
| <b>Total Inventários</b>      | <b>12.875,79</b> | <b>10.895,69</b> |



## 8. RENDIMENTOS E GASTOS

### 8.1) Políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços:

O rédito é mensurado ao justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente de prestações de serviços é reconhecido líquida de imposto, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do relato.

## 9. SUBSIDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

### 9.1) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais:

#### SUBSIDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

| Descrição                  | Saldo a<br>31-12-2016 | Imputação do<br>subsídio | Saldo a<br>31-12-2017 |
|----------------------------|-----------------------|--------------------------|-----------------------|
| <b>Fundos Patrimoniais</b> |                       |                          |                       |
| Subsidio PIDDAC            | 266.241,66            | 7.877,26                 | 258.364,40            |
| <b>Total</b>               | <b>266.241,66</b>     | <b>7.877,26</b>          | <b>258.364,40</b>     |

Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsidio venha a ser recebido e de que a Misericórdia cumpra com todas as condições a eles associados para os receber.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, na rubrica “ Outras Variações nos fundos patrimoniais” e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos, para a rubrica da demonstração dos resultados “Outros rendimentos – Imputação de subsídios para investimento” durante os períodos necessários à contabilização das depreciações dos bens a que respeitam.



Os subsídios à exploração que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar déficits de exploração do exercício imputam-se como rendimentos desse exercício.

Os subsídios à exploração que se destinam a financiar a cobertura de gastos de exercícios futuros, são imputados aos referidos exercícios, à medida que os gastos são ocorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Os subsídios à exploração estão divulgados de forma exaustiva na nota 13.11.

## **10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

### **10.1. Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros:**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

***Créditos a receber, Fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros e outras dívidas de terceiros – são mensuradas ao custo.***

***Fornecedores e outras dívidas a terceiros - as contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensurados pelo método do custo.***

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

### ***Caixa e depósitos bancários***

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

**11. Benefícios de empregados**

**11.1) Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.**

O número médio de funcionários é o seguinte:

| Descrição  | 2017       | 2016       |
|--|------------|------------|
| <b>N.º médio de funcionários</b>                                       |            |            |
| Efetivos   | 103        | 102        |
| Contratados a termo certo  | 4          | 3          |
| Contratados a termo incerto por substituição temporária de trabalhador | 11         | 5          |
| Contrato Estágio emprego   | 0          | 1          |
| Contratados a termo incerto - Protocolo com CDSS - RSI                 | 10         | 10         |
| <b>Total</b>   | <b>128</b> | <b>121</b> |

**O número dos Órgãos Sociais é o seguinte:**

Assembleia Geral – 4 membros efetivos e 2 suplentes

Mesa Administrativa – 5 membros efetivos e 3 suplentes

Conselho Fiscal – 3 membros efetivos e 2 suplentes

Conforme nº 1 do artigo 16 do Compromisso da Misericórdia, os órgãos sociais exercem gratuitamente as funções que competirem aos respetivos cargos.

**12. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO**

Não foram detetados acontecimentos após a data do balanço suscetíveis de afetar as presentes demonstrações financeiras.



### 13. OUTRAS DIVULGAÇÕES

#### 13.1) Créditos a receber

As quantias apresentadas para créditos a receber têm a seguinte discriminação:

| Descrição                    | 2017             | 2016             |
|------------------------------|------------------|------------------|
| Utentes c/corrente           | 38.534,63        | 32.291,92        |
| Utentes de cobrança duvidosa | 1.207,00         | 1.207,00         |
| <b>Total</b>                 | <b>39.741,63</b> | <b>33.498,92</b> |

#### 13.2) ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava as seguintes quantias:

| Descrição                           | 2017             |                  | 2016             |                  |
|-------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|                                     | Saldo devedor    | Saldo credor     | Saldo devedor    | Saldo credor     |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado  | 53.498,75        |                  | 10.837,92        |                  |
| Imposto sobre o Rend. P. Colectivas | 219,71           |                  | 41,16            |                  |
| Imposto sobre o Rend. P. Singulares |                  | 5.975,00         |                  | 5.801,36         |
| Contribuições p/ Segurança Social   |                  | 29.162,75        |                  | 27.756,24        |
| Outros                              |                  | 0,00             |                  | 232,53           |
| <b>Total</b>                        | <b>53.718,46</b> | <b>35.137,75</b> | <b>10.879,08</b> | <b>33.790,13</b> |
| Saldo                               | <b>18.580,71</b> |                  |                  | <b>22.911,05</b> |

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos.



### 13.3) FUNDADORES/BENEMÉRITOS/PATROCINADORES/DOADORES/ASSOCIADOS/MEMBROS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

| Descrição         | 2017         | 2016          |
|-------------------|--------------|---------------|
| <b>Doadores</b>   |              |               |
| Doadores em curso | 10,00        | 950,00        |
| <b>Total</b>      | <b>10,00</b> | <b>950,00</b> |

### 13.4) DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 este item era constituído pelas seguintes quantias:

| Descrição                              | 2017             | 2016             |
|--|------------------|------------------|
| <b>Ativos</b>                          |                  |                  |
| <b>Gastos a reconhecer</b>             |                  |                  |
| Grandes reparações nos ativos e outros | 95.004,03        | 92.188,87        |
| <b>Total</b>                           | <b>95.004,03</b> | <b>92.188,87</b> |
| <b>Passivos</b>                        |                  |                  |
| <b>Rendimentos a reconhecer</b>        |                  |                  |
| Subsídios à exploração (FEAC) (1)      | 23.999,98        | -                |
| Subsídios à exploração (PAC) (2)       | 17.737,65        | -                |
| Adiantamento para alojamento utentes   | 9.500,00         | 39.000,00        |
| <b>Total</b>                           | <b>51.237,63</b> | <b>39.000,00</b> |

POAPMC – Programa Operacional de Apoio aos mais carenciados, Tipologia T0 1.2.1  
Distribuição de géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade aprovado em  
16/10/2017 e término a 30/11/2019:

(1) FEAC (Fundo Europeu de Apoio aos mais carenciados)

(2) PAC (Programa de Apoio Complementar)



### 13.5) OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

| Descrição                                     | 2017              | 2016              |
|---|-------------------|-------------------|
| Suprimentos                                   | 110.922,00        | 110.922,00        |
| <b>Devedores por acréscimo de rendimentos</b> |                   |                   |
| Juros a Receber                               | 1.940,42          | 6.810,79          |
| Outros acréscimos de rendimentos              | 4.612,50          | 0,00              |
| <b>Outros Devedores</b>                       |                   |                   |
| Inquilinos                                    | 515.993,88        | 516.593,88        |
| Devedores por participação no capital         | 1,00              | 1,00              |
| Devedores por cessão de créditos HMP,SA       | 21.121,49         | 21.121,49         |
| Devedores por subsídios - ISS (POAPMC)        | 87.339,32         | 0,00              |
| Outros  | 549,92            | 323,19            |
| <b>Total</b>                                  | <b>742.480,53</b> | <b>655.772,35</b> |

### 13.6) CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá a informação acerca dos componentes principais de recebimento e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da Instituição.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 este item era constituído pelas seguintes quantias:

| Descrição                          | 2017                | 2016                |
|------------------------------------|---------------------|---------------------|
| <b>Caixa e depósitos bancários</b> |                     |                     |
| Caixa                              | 38,03               | 872,97              |
| Depósitos à ordem                  | 215.792,24          | 251.951,69          |
| Depósitos a prazo                  | 1.900.000,00        | 2.560.000,00        |
| <b>Total</b>                       | <b>2.115.830,27</b> | <b>2.812.824,66</b> |



### 13.7) FUNDOS PATRIMONIAIS

As quantias apresentadas têm a seguinte discriminação:

| Descrição                                | 2017                | 2016                |
|--|---------------------|---------------------|
| <b>Fundos patrimoniais</b>               |                     |                     |
| Fundos                                   | 52.216,75           | 52.216,75           |
| Resultados transitados                   | 5.843.874,80        | 5.812.988,83        |
| Ajustamentos em ativos financeiros       | (1.140.938,42)      | (1.140.938,42)      |
| Outras Variações nos fundos patrimoniais |                     |                     |
| Subsídios ao investimento PIDDAC         | 258.364,40          | 266.241,66          |
| Doações                                  | 461.664,95          | 462.711,95          |
| Resultado líquido do período             | (32.486,69)         | 30.885,97           |
| <b>Total</b>                             | <b>5.442.695,79</b> | <b>5.484.106,74</b> |

### 13.8) FORNECEDORES

As quantias apresentadas para fornecedores têm a seguinte discriminação:

| Descrição           | 2017             | 2016             |
|---------------------|------------------|------------------|
| <b>Fornecedores</b> |                  |                  |
| Fornecedores c/c    | 77.936,40        | 64.349,27        |
| <b>TOTAL</b>        | <b>77.936,40</b> | <b>64.349,27</b> |

### 13.9) OUTROS PASSIVOS CORRENTES

As quantias apresentadas para outras contas a pagar têm a seguinte discriminação:

| Descrição                               | 2017              | 2016              |
|---|-------------------|-------------------|
| Fornecedores do imobilizado             | 69.612,13         | 1.194,82          |
| Credores por acréscimos de gastos       | 240.141,64        | 225.118,61        |
| Credores - Mediadores - Programa POAPMC | 32.837,36         | 0,00              |
| Outros credores                         | 64.568,66         | 57.173,67         |
| <b>Total</b>                            | <b>407.159,79</b> | <b>283.487,10</b> |



### 13.10) VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 este item era constituído pelas seguintes quantias:

| Descrição                    | 2017              | 2016              |
|------------------------------|-------------------|-------------------|
| <b>Prestação de Serviços</b> |                   |                   |
| Quotas de utilizadores       | 899.732,72        | 844.314,63        |
| Quotizações e joias          | 1.890,00          | 2.252,00          |
| <b>Total</b>                 | <b>901.622,72</b> | <b>846.566,63</b> |

#### Número médio de utentes por resposta social em 2017

| Resposta Social               | Total de Utentes |            |            | Comparticipados |            | Não participados |            |
|-------------------------------|------------------|------------|------------|-----------------|------------|------------------|------------|
|                               | Homens           | Mulheres   | Total      | Nº              | %          | Nº               | %          |
| Lar                           | 17               | 48         | 65         | 60              | 92%        | 5                | 8%         |
| Centro de dia                 | 5                | 12         | 17         | 10              | 59%        | 7                | 41%        |
| SAD                           | 25               | 27         | 52         | 50              | 96%        | 2                | 4%         |
| Creche                        | 24               | 34         | 58         | 45              | 78%        | 13               | 22%        |
| Pré-Escolar                   | 71               | 54         | 125        | 90              | 72%        | 35               | 28%        |
| CATL                          | 49               | 55         | 104        | 76              | 73%        | 28               | 27%        |
| <b>Sub. Total</b>             | <b>191</b>       | <b>230</b> | <b>421</b> | <b>331</b>      | <b>79%</b> | <b>90</b>        | <b>21%</b> |
| Rendimento Social de Inserção |                  |            | 360        | 360             | 100%       | 0                | 0%         |
| <b>Total</b>                  | <b>191</b>       | <b>230</b> | <b>781</b> | <b>691</b>      |            | <b>90</b>        | <b>12%</b> |



### 13.11) SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 este item era constituído pela seguinte quantia:

| Descrição  | 2017                | 2016                |
|--|---------------------|---------------------|
| <b>Subsídios, doações e legados à exploração</b>     |                     |                     |
| <b>Centro distrital de segurança social</b>          |                     |                     |
| Lar  | 287.572,89          | 290.054,07          |
| Centro de dia  | 13.285,20           | 13.011,60           |
| SAD - Serviço de apoio domiciliário                  | 221.763,00          | 217.204,20          |
| Creche   | 145.854,48          | 142.851,96          |
| Pré-escolar  | 203.422,56          | 202.426,56          |
| CATL   | 63.639,36           | 62.326,08           |
| RSI  | 167.629,11          | 167.792,10          |
| POAPMC (Programa operacional apoio aos +carenciados) | 13.707,87           | 0,00                |
| <b>Outras Entidades</b>                              |                     |                     |
| Subsídios IEFP                                       | 18.028,99           | 11.747,23           |
| <b>Doações e heranças</b>                            | <b>15.114,86</b>    | <b>12.593,75</b>    |
| <b>Total</b>   | <b>1.150.018,32</b> | <b>1.120.007,55</b> |

### 13.12) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

As matérias consumidas apresentam os seguintes gastos, nos períodos de 2017 e 2016:

| Descrição   | Matérias -primas, subsidiárias e de |                   | Total             |
|---|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
|   | Mercadorias                         | consumo           |                   |
| <b>Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas</b> |                                     |                   |                   |
| <b>2017</b>   |                                     |                   |                   |
| Inventários iniciais  | 0,00                                | 10.895,69         | <b>10.895,69</b>  |
| Compras   | 0,00                                | 289.144,89        | <b>289.144,89</b> |
| Reclass. e regularização de inventários                     | 0,00                                | 0,00              | <b>0,00</b>       |
| Inventários finais  | 0,00                                | 12.875,79         | <b>12.875,79</b>  |
| <b>C.M.V.M.C.</b>   | <b>0,00</b>                         | <b>287.164,79</b> | <b>287.164,79</b> |
| <b>2016</b>   |                                     |                   |                   |
| Inventários iniciais  | 0,00                                | 12.763,14         | <b>12.763,14</b>  |
| Compras   | 0,00                                | 327.257,78        | <b>327.257,78</b> |
| Reclass. e regularização de inventários                     | 0,00                                | 0,00              | <b>0,00</b>       |
| Inventários finais  | 0,00                                | 10.895,69         | <b>10.895,69</b>  |
| <b>C.M.V.M.C.</b>   | <b>0,00</b>                         | <b>329.125,23</b> | <b>329.125,23</b> |

**13.14) FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

As importâncias mais relevantes que constituem o item de "Fornecimentos e serviços externos" são:

| Descrição   | 2017              | 2016              |
|---|-------------------|-------------------|
| <b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>                      |                   |                   |
| Subcontratos  | 42.756,30         | 0,00              |
| Trabalhos especializados                                      | 56.598,06         | 42.220,99         |
| Publicidade e propaganda                                      | 1.758,60          | 1.053,57          |
| Vigilância e segurança  | 1.107,00          | 0,00              |
| Honorários  | 39.906,00         | 40.390,00         |
| Conservação e reparação                                       | 59.171,54         | 54.020,00         |
| Encargos de saúde com utentes                                 | 23.237,17         | 17.655,48         |
| Serviços bancários  | 2.297,15          | 3.400,53          |
| Serviços de cabeleireiro                                      | 120,00            | 538,00            |
| Ferramentas e utensílios de desgaste rápido                   | 2.456,90          | 1.297,37          |
| Livros e documentação técnica                                 | 103,70            | 43,24             |
| Material de escritório  | 1.955,95          | 833,80            |
| Artigos para oferta   | 3.648,26          | 2.413,31          |
| Material didático   | 3.004,66          | 7.251,63          |
| Jornais e revistas  | 454,47            | 402,36            |
| Vestuário e calçado de utentes                                | 88,50             | 258,37            |
| Outros (rouparia, encargos com passeios de utentes, e outros) | 12.422,42         | 15.257,23         |
| Eletricidade  | 52.608,43         | 48.310,63         |
| Gas natural   | 24.367,28         | 41.882,00         |
| Gasoleo   | 10.945,07         | 9.907,96          |
| Água  | 33.860,83         | 38.282,67         |
| Outros fluidos  | 20,90             | 0,00              |
| Deslocações, estadas e transportes                            | 20.080,65         | 22.893,02         |
| Rendas e alugueres  | 5.135,23          | 0,00              |
| Comunicação   | 5.148,12          | 6.037,44          |
| Seguros   | 7.732,41          | 12.651,49         |
| Contencioso e notariado                                       | 299,98            | 15,00             |
| Limpeza, higiene e conforto                                   | 5.214,14          | 5.625,99          |
| Portagens   | 973,30            | 846,30            |
| Atividades escolares  | 10.586,25         | 8.606,25          |
| Bolsa centro emprego  | 23.860,87         | 8.787,13          |
| Funerais de utentes   | 2.466,21          | 1.030,00          |
| Outros  | 444,70            | 267,54            |
| <b>Total</b>  | <b>454.831,05</b> | <b>392.179,30</b> |



### 13.15) GASTOS COM O PESSOAL

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de alimentação, subsídio de turno, abono para falhas, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras remunerações adicionais.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Todas as remunerações foram pagas por transferência bancária ou cheque, não existindo quaisquer obrigações legais ou construtivas que estipulem benefícios pós-emprego, benefícios por cessão de emprego ou pagamentos com base em ações.

A rubrica "Gastos com pessoal" tem a seguinte composição:

| Descrição  | 2017                | 2016                |
|--|---------------------|---------------------|
| <b>Gastos com o pessoal</b>                              |                     |                     |
| Remunerações do pessoal                                  | 1.274.329,30        | 1.222.208,53        |
| Encargos sobre remunerações                              | 272.831,42          | 253.908,15          |
| Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais | 19.479,49           | 19.056,58           |
| Outros gastos (formação profissional ...)                | 2.325,13            | 513,23              |
| <b>Total</b>   | <b>1.568.965,34</b> | <b>1.495.686,49</b> |

**13.16) OUTROS RENDIMENTOS**

As principais rubricas que constituem este item são:

| Descrição  | 2017              | 2016              |
|--|-------------------|-------------------|
| <b>Outros rendimentos e ganhos</b>                                 |                   |                   |
| Rendimentos suplementares  | 9.939,80          | 13.430,85         |
| Descontos de pronto pagamento obtidos                              | 1.961,62          | 1.791,39          |
| <b>Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento</b> |                   |                   |
| Rendas de edificio - Hospital                                      | 152.821,82        | 152.478,72        |
| Rendas de habitação  | 17.700,00         | 18.150,00         |
| Rendas de consultórios   | 30.283,80         | 28.552,80         |
| Rendas de edificio - hemodiálise                                   | 192.000,00        | 192.000,00        |
| Correcções relativas a períodos anteriores                         | 106,23            | 63,68             |
| Excesso de estimativa  | 0,00              | 0,00              |
| <b>Imputação de subsídios/doações para investimentos</b>           |                   |                   |
| Subsídios  | 7.877,26          | 7.877,26          |
| Doações de ativos fixos tangíveis e intangíveis                    | 1.047,00          | 0,00              |
| Restituições de impostos (Pedidos de Restituição IVA)              | 89.023,36         | 19.415,43         |
| Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros              | 812,56            | 0,00              |
| <b>Total</b>   | <b>503.573,45</b> | <b>433.760,13</b> |

**13.17) OUTROS GASTOS**

As quantias significativas que constituem este item são:

| Descrição   | 2017             | 2016             |
|---|------------------|------------------|
| <b>Outros Gastos E Perdas</b>                           |                  |                  |
| Impostos  | 2.530,49         | 1.084,60         |
| Descontos De Pronto Pagamento Concedidos                | 0,79             | 0,47             |
| Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros | 742,55           | 0,00             |
| Correcções Relativas A Períodos Anteriores              | 1.180,64         | 686,86           |
| Donativos   | 10.424,47        | 12.214,85        |
| Quotizações   | 858,00           | 840,00           |
| <b>Total</b>  | <b>15.736,94</b> | <b>14.826,78</b> |

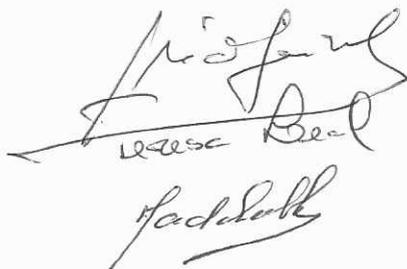
**13.18) JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS**

As principais rubricas que constituem este item são:

| Descrição   | 2017            | 2016             |
|---|-----------------|------------------|
| <b>Juros, Dividendos E Outros Rendimentos Similares</b> |                 |                  |
| Juros Obtidos   | 8.671,23        | 26.186,95        |
| Dividendos Obtidos                                      | 169,10          | 164,65           |
| <b>Total</b>  | <b>8.840,33</b> | <b>26.351,60</b> |

**14. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO**

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pela Mesa Administrativa e autorizadas para emissão em 07 de Março de 2018.

**A Mesa Administrativa****A Contabilista Certificada n.º 61761**



  
PALM, CAMBÃO & ASSOCIADO  
S.R.L.  
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



#### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

##### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia de Paredes, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 6.014.167,36 euros e um total de fundos patrimoniais de 5.442.695,79 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 32.486,69 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

##### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

##### Ênfase

Chamamos a atenção para o referido na nota do anexo sobre a existência de um litígio judicial pendente, que corre termos no Tribunal da Comarca Porto Este – Instância Central de Amarante – Secção de Comércio – J2 sob o N° 914/16.6 T8AMT, relativo ao PER apresentado pelo HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, S.A., onde a Irmandade da Misericórdia de Paredes apresentou uma reclamação de créditos de rendas comerciais do imóvel onde está instalado o HMP, no valor de 507.643,88 € proveniente das rendas vencidas e não pagas pelo HMP, no período compreendido entre Abril de 2013 e Julho de 2016, contestando o pedido de qualificação para crédito subordinado apresentado pelo devedor

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



PALM, CAMBÃO & ASSOCIADO  
S.R.L.



#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

PALM, CAMBÃO & ASSOCIADO  
SROCC

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

**RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES****Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 14 de março de 2018

PALM, CAMBÃO & ASSOCIADO SROCC, LDA  
Representada por:

  
Amadeu da Conceição Moreira Rodrigues Cambão  
Registado sob os nºs 686 na OROC e 20160327 na CMVM



Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes

PARECER DO CONSELHO FISCAL

De conformidade com o disposto na alínea C) do nº 1 do artigo 31º dos Compromissos da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes, vem o Conselho Fiscal ou Definitório, apresentar à Assembleia Geral o seu parecer sobre o Balanço, o Balancete, a Demonstração de Resultados e respectivo anexo e mapa de Controlo Orçamental relativos ao exercício do ano de dois mil e dezassete.

Neste sentido, o Conselho Fiscal emite o seguinte parecer:

Realizada a análise ao mapa de Controlo Orçamental do ano de dois mil e dezassete, na rubrica de Investimento, constata-se um desvio na ordem dos 574.850,43€ face ao orçamentado, justificado pelas obras ocorridas fundamentalmente no rés-do-chão do Lar, obras de remodelação no espaço onde está atualmente o CATL e obras nas antigas salas do CATL para instalação do berçário e creche.

Na rubrica dos Gastos com o pessoal, verificou-se um aumento em 61.604,34€ face ao orçamentado, justificado pela actualização do ordenado mínimo nacional e ao aumento dos vencimentos dos colaboradores desta instituição.

No Balanço, a rubrica de Activos fixos tangíveis registou um acréscimo líquido em 674.238,43€, devido às obras realizadas no património já mencionado nesta acta, o que se traduziu numa valorização nos edifícios desta instituição. Na rubrica de Estados e outros entes Públicos registou um acréscimo em 42.839,38€, dado que a Misericórdia ainda não foi reembolsada do IVA pelo Estado.

De salientar que o Resultado Líquido do exercício de dois mil dezassete, é evidenciado um resultado negativo em 32.486,69€, o que acontece pela primeira vez na história desta instituição. Este resultado negativo é resultante da depreciação do aumento dos investimentos realizados, tendo valorizado os activos da instituição.

Para concluir, os membros do Conselho Fiscal chamam a atenção ao mencionado à certificação legal das contas por parte do Revisor Oficial de Contas, nomeadamente a existência de uma discordância judicial pendente, relativo ao PER apresentado pelo HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, S.A., onde a Irmandade da Misericórdia de Paredes apresentou uma reclamação de crédito de rendas comerciais na ordem dos 507.643,88€, contestando o pedido de qualificação para crédito subordinado.

Para finalizar, os membros do Conselho Fiscal são de parecer que o relatório de contas relativas ao exercício de dois mil e dezassete, assim como a proposta de aplicação de resultados, devem ser aprovados pela Assembleia Geral.

Paredes, 15 de Março de 2018

O Conselho Fiscal



18/03/18